



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

PRÁTICAS DE TRABALHO DA PERÍCIA CRIMINAL À LUZ DA ESTÉTICA ORGANIZACIONAL: Uma Etnografia na 7ª Coordenadoria Regional de Perícias

FLÁVIO ALVES BUENO NETO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)

IGOR BAPTISTA DE OLIVEIRA MEDEIROS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)

PRÁTICAS DE TRABALHO DA PERÍCIA CRIMINAL À LUZ DA ESTÉTICA ORGANIZACIONAL: Uma Etnografia na 7ª Coordenadoria Regional de Perícias

1 INTRODUÇÃO

Pense você na seguinte situação: temperatura elevada, nos primeiros dias de verão, às margens de uma rodovia federal, onde o cenário que se apresenta é um acidente de grandes proporções envolvendo um ônibus e um carro de passeio. Cinco vítimas, dentre elas duas crianças. No meio dos vários profissionais envolvidos para o atendimento de um acidente de grandes proporções, apresentam-se os trabalhadores do Instituto-Geral de Perícias (IGP). A eles compete a busca pela verdade dos fatos e as respostas para uma série de perguntas que ficam em mistério.

A ambientação em tese retrata as características que geralmente são enfrentadas pelos peritos do IGP em seus atendimentos: locais com informações diversas para coleta; ambientes com calor elevado ou frio (o que interfere nos processos *post mortem* e pode intensificar ou amenizar odores); dificuldades de acesso a locais para coleta das provas; dentre várias outras além do fato de estar diante da morte em seu retrato mais “grosseiro”, ou seja, de uma forma não natural. Cavedon (2011) discorre com relação a este tema que o enfrentamento da consciência da morte e da violência pelos servidores da perícia se dá por diversas características, uma delas a banalização em que o corpo vitimado é visto como “objeto”; por meio do riso, do humor; estes como mecanismos ou artefatos de fuga para contrastar realidade e imaginação.

Ainda, segundo Cavedon (2012), com relação às atividades realizadas pela perícia, se por um lado a busca da verdade pode ser instigante, por outro, ter de conviver em ambientes onde vítimas sofreram ações de crueldade requer controle emocional de modo que o trabalho seja realizado pela equipe seguindo sempre os ditames da técnica.

Nesse sentido, os processos laborais, segundo Azambuja e Antonello (2014), não são apenas atividades simples ou tarefas, pois envolvem outras questões como, por exemplo, os sentimentos vividos naquele ambiente. Ainda segundo as autoras, não há como separar a esfera cognitiva (mente) e as dimensões sensíveis, estéticas (corpo), sendo assim as duas apresentam uma relação de coexistência.

A compreensão de uma prática de trabalho envolve também a compreensão de fatores subjetivos que são inerentes aos seres humanos. É provável que diante de cenas como a descrita anteriormente, além dos paradigmas subjetivos, pode haver também outras questões passíveis de interpretação através de um olhar mais analítico, que de certa forma essas variáveis podem interferir tanto na atuação de cada funcionário, como também a visão pessoal do servidor sobre a organização onde se encontra ambientado (AZAMBUJA; ANTONELLO, 2014).

É de difícil mensuração pela gestão tomar conhecimento da forma com que os servidores lidam com todas as dificuldades que rotineiramente se apresentam, além dos imponderáveis da vida que são uma constante nas práticas deste tipo de trabalho. Bertolini, Cappelle e Brito (2014) afirmam que, de acordo com um dimensionamento estético, o corpo pode se apropriar e expressar as questões esteticamente vividas, de forma tão natural que pode até escapar à explicação.

Os mesmos autores evidenciam que a contribuição da teoria da estética organizacional serve como base para o entendimento da formação de um conhecimento, pois através das capacidades perceptivo-sensoriais como audição, visão, olfato, tato (constantemente estimuladas no trabalho pericial), estão diretamente relacionadas à construção de um saber sensível e do juízo estético. Para isso, desenvolve-se a partir do conhecimento estético, categorias de julgamento que surgem com mais frequência tais como o sagrado, o pitoresco, o trágico, o feio, as agógicas, o cômico, o sublime e o belo (STRATI, 2007).

Tendo em vista que o campo de estudo está concentrado nas atividades da 7ª Coordenadoria Regional de Perícias de Sant’Ana do Livramento (7ª CRP), Rio Grande do Sul (RS), farei primeiramente uma descrição da competência territorial a qual está sob a jurisdição de atendimentos da presente Coordenadoria, assim como os cargos atuantes.

O Departamento de Perícias do Interior do IGP possui sete Coordenarias Regionais de Perícias distribuídas no interior do estado do Rio Grande do Sul, no qual cada uma delas possui

Posto de Criminalística (PC), Posto de Identificação (PI) e Posto Médico-legal (PML). Dentre os cargos que compõem os Postos de Criminalística estão os de Perito Criminal e Fotógrafo Criminalístico; já os Postos de Identificação são lotados por Papiloscopistas e Técnicos em Perícias; por fim, os Postos Médico-Legal são de responsabilidade do Perito Médico-Legista e também dos Técnicos em Perícias (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Tendo por base a competência do trabalho pericial de natureza criminal, fui instigado ao problema de pesquisa que gerou o seguinte objetivo geral: analisar como as categorias estéticas se engendram nas práticas de trabalho da 7ª CRP do IGP-RS. Para tanto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: (a) descrever as práticas de trabalho no IGP-RS; (b) identificar quais categorias estéticas se manifestam nas práticas de trabalho; (c) compreender como as categorias estéticas interferem nas rotinas organizacionais.

Este estudo apresenta sua relevância pois, até o momento, não foram desenvolvidos no Brasil uma quantidade expressiva de trabalhos em que o foco seja a análise da estética nas organizações. Para citar alguns mais recentes, é possível destacar os trabalhos de Ipiranga, Lopes e Souza (2016) e Soares e Bispo (2017), em que ambos abordam os estudos pelas lentes da estética organizacional nos campos das organizações gastronômicas, fomentando a gastronomia enquanto conhecimento científico nas questões estéticas. Já Vascocelos, Cavalcante e Junior (2017) desenvolveram estudos que abordaram os temas da aprendizagem de operadores de rochas ornamentais através das dimensões tácitas e do senso estético, relacionando a ativação dos sentimentos e o processo perceptivo como fonte geradora, disseminadora e responsável pelo compartilhamento do conhecimento. Há também trabalhos desenvolvidos envolvendo questões como corporeidade (BERTOLINI; CAPELLE; BRITO, 2014); relações de gênero (BASSO; PAULI; BRESSAN, 2014); das práticas de trabalho de marceneiros (RODRIGUES, 2019); e dos trabalhadores do setor de móveis planejados (OLIVEIRA, 2012). Mais recentemente, o trabalho de Becker, Campos e Antonello (2021) sobre a construção de saberes no trabalho do tatuador.

Entretanto, quando se destaca a área da perícia criminal como campo de pesquisa, nenhum trabalho envolvendo as dimensões estéticas foi desenvolvido até o momento. Cavedon (2010) elaborou estudos relativos à cultura organizacional do Departamento de Criminalística que era transmitida aos ingressantes em meio ao curso de formação de Peritos Criminais do IGP-RS. Já nos anos seguintes, entre 2011 e 2014, mais alguns trabalhos foram realizados pela autora dentro da instituição, dos quais se destacam temas como enfrentamento da morte (CAVEDON, 2011), saúde mental (CAVEDON, 2012), qualidade de vida no trabalho (CAVEDON, 2014a), e as representações sociais construídas por peritos em estágio probatório (CAVEDON, 2014b). Em face ao exposto, considera-se relevante o estudo da estética organizacional, a partir das categorias estéticas e suas manifestações nas práticas de trabalho dos servidores do Instituto Geral de Perícias.

2 PRÁTICAS DE TRABALHO: estudos baseados em práticas

Bispo (2013), em seu artigo no qual é empenhado um processo de revisão relacionado aos trabalhos desenvolvidos por Gherardi sobre as práticas, nos remete às origens do tema. O ponto de partida para discussão dá-se através do simpósio da *Academy of Management*, em 1998, proposto por David Nicolini e Dvora Yanow. Já era entendido que haviam pressupostos e referenciais teóricos muito semelhantes utilizados por diversos autores, dos quais as práticas eram utilizadas como forma de compreensão da aprendizagem e o conhecimento dentro das organizações. Segundo Gherardi (2013), a partir de estudos anteriores relacionados ao tema, surge um novo rótulo derivado desses estudos (os quais inclui alguns de sua própria autoria) denominado estudos baseados em práticas. Estes estudos são construídos no intuito dar uma designação a múltiplos conjuntos de estudos empíricos, porém sem a utilização de um termo genérico para conceituar a “prática”. Neste sentido, a proposta em si é uma contraposição ao racionalismo e ao paradigma funcionalista (AZEVEDO, 2013), ao considerar o conhecimento como uma atividade situada no mundo em que vivemos, trazendo como base de apoio as práticas de organização e trabalho em funcionamento. Assim, busca-se o entendimento de que é possível adquirir conhecimento científico sem, contudo, buscar generalizações (BISPO, 2013).

Bispo (2013, p. 14) retrata que “tal entendimento possibilita trabalhar com os fenômenos de maneira situada, considerando que a temporalidade e a historicidade têm valor significativo para uma melhor compreensão dos mundos sociais”. Em linha com essa abordagem, Gherardi (2013) destaca que essa maneira de interpretar as organizações vai de encontro ao conceito denominado *knowing-in-practice*, no qual situa o conhecimento como um processo de ordem social, humana, estética, emotiva, ética e material. Significa também dizer que o conhecimento adquire forma através das práticas (BISPO, 2013).

Vários estudos aparecem também de maneira a contestar a lógica prescritiva e normativa com relação às práticas. Azambuja e Antonello (2014) descrevem que as práticas e a aprendizagem organizacional se configuram como um processo, do qual é extrapolada uma relação apenas cognitiva para análise, e passam a existir outras dimensões ou possibilidades analíticas. As autoras ainda destacam a abertura de espaço para outros canais interpretativos, dos quais podemos citar a dimensão estética, entendida através das faculdades perceptivo-sensoriais, sentimentos e sentidos, como fundamental também para a compreensão das práticas no trabalho. Sendo assim, trazendo à tona a definição de práticas, não é possível fazer uma separação entre o saber e o fazer nas atividades, mas sim há um conhecimento coproduzido por meio delas (GHERARDI, 2013).

Retomando o conceito do *knowing-in-practice* disseminado por Sílvia Gherardi, este traz seu significado ao estabelecer o “conhecer pelas práticas”, no qual o conhecimento enquadra-se e é contextualizado na interação grupal, participação e cooperação. Assim, o saber é negociado ou gerado através das interações entre humanos e estes com o ambiente, além da observação por meio da prática, em seguidos e sucessivos aperfeiçoamentos (AZAMBUJA; ANTONELLO, 2014). Seja de forma subjetiva ou objetiva, o participar ou cooperar nas práticas sugere também um foco mais específico na pessoa como um todo, o que tende a levar em conta não apenas um relacionamento com atividades específicas, mas também uma relação com comunidades sociais, o que demanda tornar-se um pleno participante, um membro reconhecido do grupo (GUDOLLE; ANTONELLO; FLACH, 2012).

Oliveira e Cavedon (2013) relatam que ao analisar uma organização a partir das práticas, faz-se também necessária uma análise do imbricamento destas e a dinâmica estrutural da sociedade. Os efeitos das práticas levam em consideração não apenas as relações de trabalho, mas também as categorias sociais tais como etnia, gênero, classe social, em destaque nos espaços onde desenvolvem-se as atividades laborais, constituindo o ambiente organizacional. De encontro a esse entendimento, Gherardi (2013) defende que as práticas não podem ser interpretadas apenas como modelos recorrentes do fazer laboral, mas também como espelhos advindos das relações em sociedade, de tal forma que possibilita a compreensão do comportamento das pessoas no mundo em atividade. Como complemento ao raciocínio, podemos também destacar o estreitamento das práticas com a ação e a atividade humana, juntamente com objetos e artefatos que ajudam na construção de significado para uma coletividade em particular (SOARES; BISPO, 2014).

3 ESTÉTICA ORGANIZACIONAL: conhecimento estético e sensível

A estética se encontra presente na vida das organizações e, curiosamente, pode produzir efeitos significativos quando da abordagem desta temática em um órgão de perícia técnica. Até metade da década de 1970, a teoria das organizações tinha ignorado a presença do estudo da estética na vida organizacional (SOARES; BISPO, 2014). Strati (2007) relata que a estética até aquele momento estava restrita apenas a “pedaços” da organização, deste modo não abrangendo ela na sua totalidade. Segundo o autor, a imagem predominante transmitida pela literatura era a de organizações feitas de ideias fundidas em um plano racional; ideias estas desprovidas de sensações belas ou repugnantes, de odores agradáveis ou insuportáveis, de cenas atrativas ou repulsivas. Aqui já vemos toda a pertinência em abordar essa lente teórica com o contexto das perícias.

Como ponto de partida para expor as relações entre indivíduos e organizações, e dando destaque ao saber estético e sensível atuando no entrelaçando das duas partes, Basso, Pauli e Bressan (2014) relatam que a imersão de pessoas por meio das relações de trabalho gera uma

relação dualística entre estas e as organizações, de tal modo que cada parte pode interferir diretamente na outra. Ou, em outras palavras, os autores destacam que:

A relação de trabalho dos indivíduos faz com que sejam despertados sentimentos com relação à organização que podem ser tanto de pertencimento e de construção de uma relação duradoura quanto de repulsa e de vontade de deixar o local de trabalho o mais breve possível (BASSO; PAULI; BRESSAN, 2014, p. 695).

Desta forma, adotar a abordagem da estética organizacional e do conhecimento sensível significa abordar de forma mais aprofundada e ultrapassar os limites das ações individuais de cada ator organizacional. É necessário um conhecimento mais amplo, não apenas os de ordem prescritiva e normativa, mas sim aqueles gerados através de simbolismos e do imbricamento entre mundo social e material, das comunicações entre as pessoas e seus ambientes (VASCOCELOS; CAVALCANTE; SILVA, 2017). Justamente, compreender a estética no dia a dia das organizações remete a “levar em conta os elementos não-humanos, as ‘massas ausentes’, que junto com os seres humanos constituem o sujeito da ação organizacional” (STRATI, 2007, p. 12).

Então, a estética nas organizações tem relação com o conhecimento humano adquirido através das faculdades perceptivas da audição, do olfato, do tato, do paladar, da visão e também da nossa capacidade de fazer o juízo estético (STRATI, 2007). Destaca-se que cada sentido e o entrelaçamento destes com o ambiente produzem reações singulares e de ordem pessoal, em que não é possível interpretar um indivíduo através deles; o que é passível de análise são observações dos atos, das práticas, dos graus de competência e maestria desempenhados (AZAMBUJA; ANTONELLO, 2014).

A amplitude da estética, conforme Strati (2007), remete tanto a situações positivas vivenciadas nas organizações quanto também as negativas. O autor destaca o lado em que existem as questões que estimulam e despertam sensações boas, passíveis de visualização e sentimento; mas sinaliza para a outra parte: o lado desagradável, incômodo, desconfortável presente nos ambientes de trabalho. Cavedon (2014, p. 885) nos dá um exemplo em seu artigo, o qual aborda a qualidade de vida na área da segurança pública, sobre essas questões sensíveis aos servidores da perícia no qual relata que: “Os maus e bons odores são capturados e feitos comentários sobre o conforto ou desconforto que lhes causam. Assim, meu perfume inúmeras vezes foi elogiado por vários servidores e percebido como agradável”.

Esse conhecimento sensível demonstra o sentir como um modo de relacionamento com o mundo em nosso entorno, tendo como sustentação o julgamento que expressa nossos sentimentos prazerosos ou refutáveis (GHERARDI, 2013). O engajamento entre corpo e ambiente organizacional, proporcionado pela experiência sensível e estética, vai de encontro a uma captação dos significados e sensações com relação ao ambiente físico e tangível, tal qual ele se apresenta aos sentidos, sem a interferência de representações ou significados estabelecidos previamente (FIGUEIREDO, 2014).

Na sequência, podemos dizer que os conhecimentos adquiridos de forma tácita (associada diretamente ao conhecimento sensível) assim como os de forma explícita (mais formalizado), não são passíveis de separação; o conhecimento que tem sua *gênese* nas organizações se apresenta como um meio processual de aprendizagem através da aquisição e desenvolvimento do conhecer, do disseminar e da construção da memória (VASCOCELOS; CAVALCANTE; SILVA, 2017).

3.1 Juízo estético e as categorias estéticas

Preste atenção em um trecho retirado do trabalho de Cavedon (2010, p. 54): “O cheiro das luvas de borracha, utilizadas em levantamento de local, foi por ela associado a cheiro de morte e não entrava em sua casa como parte do material de limpeza”. Essa associação nos dá o ponto de partida na conceitualização de juízo estético, visto que por meio dele é possível captar através de nossos sentidos algo que pode nos agradar ou desagradar, ou mesmo que pode nos deixar indiferente. É possível perceber questões importantes no trecho em tese: a primeira nos mostra o cheiro das luvas como mobilizador do conhecimento sensível, capacidade corpórea de

identificar por meio do sentir (GHERARDI, 2013); já na segunda, há a relação entre o perceber o cheiro e associá-lo à morte, ou seja, algo trágico (STRATI, 2007).

Os juízos, de acordo com o exemplo anterior, surgem através das sensações sentidas pelo olfato, mas também de outras reações que não têm relação direta com a razão (STRATI, 2007). Assim, o juízo estético representa “uma relação em que tanto o sujeito que julga quanto a organização julgada estão sempre presentes e, para tanto, utiliza uma categoria estética” (STRATI, 2007, p. 187).

A compreensão do juízo estético no cotidiano organizacional requer uma descrição detalhada das categorias estéticas, que servem como ponto de referência para a teoria da estética organizacional. Essas categorias estão presentes na linguagem habitual dos atores organizacionais, em que aparecem de forma usual na vida cotidiana em ambiente de trabalho. Cada categoria pode se entrelaçar com outras, embora de uma forma mais branda, indiretamente ou com certas limitações (STRATI, 2007).

Diante do exposto, é inegável a importância de um estudo aprofundado sobre as categorias estéticas para um entendimento adequado da estética nas organizações. Assim, o quadro 1 discorre sobre as categorias estéticas mais comumente representadas e que tomam forma no dia a dia organizacional, segundo os estudos de Strati (2007).

Quadro 1 – Categorias estéticas e suas descrições

Categorias estéticas	Descrição
Sagrado	Ressalta o que é maravilhoso, inexplicável, incomum e o invisível na vida organizacional. Ela enfatiza o fato de que, na experiência estética dos sujeitos nas organizações, realidade e ficção não são marcadamente distintas e separadas.
Pitresco	Ressalta a inversão dos termos da relação entre experiência estética da vida organizacional e o processo evocativo da experiência estética, que tem a ver com o que a arte produz em código.
Trágico	Compreende tudo que é “heroico” na vida organizacional: o prazer misterioso composto ao mesmo tempo de sofrimento e de sua representação; deriva de um jogo de transposições e espelhamentos, do jogo artístico que procura transcender o terror e o horror da existência.
Feio	Categoria estética autônoma, que se distingue do belo e, portanto, não é definida por seu negativo.
Agógicas	Dizem respeito ao ritmo das atividades realizadas numa organização, bem como aos fenômenos organizacionais. O ritmo essencial para a coordenação dos processos e o fluxo de trabalho, das iniciativas tomadas e também para o modo de a organização como um todo interagir com as outras organizações e o resto da sociedade.
Cômico	Diz respeito ao grotesco na vida organizacional: a ironia que ela provoca, o riso que a penaliza, o sarcasmo que a ignora, o senso de humor que lhe atribui rótulos. O grotesco, o desapropriado, o ridículo: em suma, algo que é, sob certos aspectos, feio, mas cuja “comédia” é ressaltada pela categoria estética do cômico.
Sublime	Esta categoria está mais próxima do belo. Diz respeito ao <i>pathos</i> do sentimento estético evidente no “êxtase” com que alguém descreve a beleza de seu trabalho ou organização a que pertence, ou a beleza que não faz mais parte de seu trabalho ou de sua organização.
Belo/Gracioso	É a que mais diz respeito à qualidade da vida organizacional, porque se relaciona com a elegância das visões estratégicas, com as relações interpessoais no trabalho, com a polidez que pode parecer agradavelmente surpreendente e sedutora, com a espontaneidade e virtuosidade das pessoas que pertencem a uma organização

Fonte: elaborado com base em Strati (2007, p. 282-286).

Podemos perceber que as categorias estéticas nos dão o norteamento para compreender a estética e a manifestação dela no ambiente das organizações. O fazer perícia envolve dinâmicas, práticas e a exposição frequente a situações que se mostram adequadas ao estudo deste tema de forma mais profunda. Usando das palavras de Strati (2007, p. 187): “Aqueles que desejam aprender o sentido das categorias estéticas no estudo das organizações devem levar em conta esse entrelaçamento entre ‘a vida organizacional’, ‘a faculdade de julgamento como sexto sentido do sujeito’ e ‘as categorias estéticas’”.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para entender de que forma as categorias estéticas se engendram nas práticas de trabalho desenvolvidas na 7ª Coordenadoria Regional de Perícias do IGP, é adequada uma maior proximidade com os ambientes e servidores envolvidos. Assim, pelo fato de o autor deste estudo

fazer parte do quadro de funcionários do Instituto em questão, o método escolhido foi o etnográfico. Este mostra-se como o método mais propício, como relata Cavedon (1999), pois é o caminho mais adequado na busca pelos imponderáveis da vida real. Desta forma, escolhi uma abordagem qualitativa pois, segundo Gudolle, Antonello e Flach (2012), este tipo de pesquisa tem como base de sustentação a busca de significado através das experiências das pessoas, e que esse significado está norteado pelas percepções adquiridas particularmente.

Sabendo-se da minha familiaridade tanto com o ambiente das atividades periciais, como também do contato frequente com os atores organizacionais envolvidos nesse processo, destaco então as palavras de Da Matta (1987) quanto ao método etnográfico: o uso desta abordagem metodológica implica conhecer o “outro”, sendo que quando este “outro” faz parte do próprio meio social do pesquisador, é preciso estranhar o familiar e desta forma dar luz ao exótico no que está petrificado em nosso interior.

Utilizar o método etnográfico implica também manter os cinco sentidos aguçados em campo, e desta forma a tríade olhar, ouvir e escrever são importantes ferramentas para o pesquisador (OLIVEIRA, 1998). Associados a esta tríade são utilizados meios como diários de campo, bloco de notas, além da escuta e do olhar atento aos acontecimentos que possuem pertinência ao tema. O distanciamento de campo é a forma com que se torna possível fazer uma interpretação dos dados, em que o fluxo maior de atenção é dado exclusivamente à análise daquilo que foi coletado.

Para realização da etnografia, ocorrida entre outubro de 2021 e janeiro de 2022, foram utilizadas três técnicas de coleta: pesquisa documental, observação participante e entrevistas. A pesquisa documental mostra-se importante pois com ela foi possível fazer um levantamento tanto do quesito legal que norteia as práticas adotadas por cada cargo, assim como a partir da análise desses documentos vislumbrou-se um panorama inicial tanto do que o servidor da instituição já executou referente aos trabalhos solicitados, como também de qual maneira os trabalhos deveriam ser desempenhados. Os documentos para a análise do objetivo específico sobre as práticas de trabalho do IGP foram: ‘Manual de Cargos e Funções’ e ‘Procedimentos Operacionais Padrão’. O entendimento dessas práticas também dependeu de idas a campo, foco da técnica de coleta seguinte: a observação participante.

A observação participante adquire pertinência como meio de coleta de dados visto que o autor já possui uma rotina de trabalho dentro da organização, desempenhando atividades no âmbito operacional como Fotógrafo Criminalístico de local de crime, assim como tarefas administrativas. Para cada mês existe uma escala de plantões de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso, totalizando em média entre 7 a 8 plantões. Assim, as idas a campo foram distribuídas entre os plantões mensais executados por mim no Posto de Criminalística da Coordenadoria, mais 2 dias por semana fora dos horários de plantão para observação participante no Posto Médico-Legal e de Identificação da 7ª CRP. Foram 25 idas a campo totalizando 113 horas, além de 40 horas de observação participante nos demais postos do IGP.

Por fim, a última técnica de coleta utilizada foi a entrevista. Nessa pesquisa, utilizei dois tipos, as entrevistas informais e as formais. O grupo de coleta das entrevistas informais está direcionado àqueles em que o contato é mais direto, que trabalham de plantão no Posto de Criminalística. A equipe de atendimento é sempre composta por um Perito Criminal e um Fotógrafo Criminalístico para cada 24 horas. Sendo assim, três Peritos Criminais que atenderam em escala de plantão com o pesquisador serviram como informantes-chave durante o período da pesquisa, pelo contato mais frequente e informal; além de cada solicitação de trabalho, em virtude de a 7ª Coordenadoria atender uma vasta região, demandar horas de viagens e de compartilhamento de informações. Já as entrevistas formais se concentram mais onde não tenho um contato mais presente com os servidores, ou seja, elas foram direcionadas a trabalhadores do Posto Médico-Legal e de Identificação, mas alguns colegas do Posto de Criminalística também foram entrevistados formalmente, totalizando sete entrevistas formais. Utilizei um formato de entrevista semiestruturada, e o instrumento de coleta foi o roteiro de entrevista com perguntas abertas, organizado em dois blocos. As perguntas foram separadas em um bloco sobre práticas de trabalho e outro sobre a experiência estética. Os sete entrevistados formalmente são dos três postos: sendo 4 no PC, 2 do PML e 1 do PI. Todos entre 8 a 12 anos de tempo no IGP.

As análises ocorreram após o afastamento de campo para a apreciação do texto etnográfico. O método etnográfico possui sua própria característica hermenêutica de analisar os dados. Como vimos, esse método busca o diálogo alicerçado entre três principais elementos: o olhar (amplo, questionador, participativo e solícito), a escuta (paciente, atenta e astuciosa com ‘entrelinhas’) e a escrita (densa, detalhista e preferencialmente narrativa) (OLIVEIRA, 1998). A partir dessa mobilização de elementos é que podemos apreender e entrelaçar os significados e traços da realidade investigada.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção de discussão dos resultados, apresento as análises acerca das práticas de trabalho dos servidores do IGP, assim como as experiências estéticas e os impactos das categorias estéticas presentes nas práticas executadas pelos trabalhadores do IGP.

5.1 Práticas de trabalho desempenhadas no IGP

A partir da minha experiência em campo, assim como os anos de trabalho já dispendidos dentro da instituição, foi possível identificar dinamicidades e particularidades inerentes aos cargos. Cada posto que compõe a CRP (Criminalística, Médico-Legal e Identificação) possui dinâmicas exclusivas de operações de trabalho para cada cargo constituinte do setor. Basicamente, os trabalhos se resumem em trabalhos administrativos e de análise (em sede), e trabalhos operacionais (em campo e sede). Na sua totalidade, todos os servidores que foram integrantes deste estudo ingressaram na instituição através de concurso público em diferentes processos seletivos, e primeiramente passaram por um curso de formação na cidade de Porto Alegre antes de assumirem seus cargos na 7ª CRP.

O Posto de Criminalística da Coordenadoria fica com a responsabilidade dos locais de crime que ocorrem na região, e os trabalhos são feitos fora e dentro da sede. Tomando como ponto de partida as práticas operacionais, destaco que a execução é sempre feita em dupla - Perito e Fotógrafo - quando o posto é acionado pela Polícia Civil para atendimento de um trabalho pericial. A partir do momento do chamado, o Perito Criminal entra em contato com o Fotógrafo Criminalístico para o encontro no posto e posteriormente o deslocamento até o local do fato. Quanto às atividades realizadas, cabe o enfoque que dentre os entrevistados todos chegaram com pouca experiência prática quando do início dos trabalhos na perícia segundo relatado, além de não ter nenhum servidor mais experiente presente no quadro de funcionários naquele momento para acompanhamento nos primeiros atendimentos. A fala do servidor 02 mostra um pouco como foi esse processo no início:

[...] o curso de formação nos deu uma noção básica e teórica da nossa profissão, mas tudo que a gente aprendeu de fato foi na prática. Tu pegar um caso, como a gente no começo sempre tinha muita insegurança, e no nosso caso ainda teve mais um diferencial que os quatro que vieram também não tinham experiência, a gente coletava absolutamente tudo do local. Com isso, a gente foi aprendendo, comparando [...] mandava os laudos pra Porto Alegre, então a gente foi pegando os modelos deles pra ver o que eles consideravam, até a gente criar um modo de trabalho, e cada um tem seu modo de trabalho (SERVIDOR 02).

A partir de então, pude corroborar minhas análises com as de Bispo (2013) e formar um entendimento neste sentido, no qual demonstra que conhecimento ou expertise em determinado trabalho vai tomando forma por meio das práticas. O relato do servidor 03 vem para complementar o entendimento desse processo de formação das práticas dentro do IGP:

[...] a parte prática do nosso trabalho a gente aprende mais na prática mesmo, a gente entrou e não tinha nenhum perito mais antigo pra nos auxiliar, então aprendemos juntos na prática e a experiência vai te moldando. Sempre dizem que pra se formar um perito se vão muitos anos, por mais que a gente leia, por mais que a gente acompanhe a literatura, cada local que a gente vai pode acontecer de encontrar algo que a gente não tenha lido nada sobre aquilo. Tu vai ter que estudar a respeito e é na prática mesmo que a gente aprende (SERVIDOR 03).

Este relato em si acaba sendo um espelho do que Gherardi (2013) havia relacionado como conceito de *knowing in practice*, no qual o conhecer é estabelecido pelas práticas em um contexto de cooperação entre o grupo. Também fica claro pra mim a dinamicidade do trabalho executado no Posto de Criminalística. Em diversos momentos, os servidores precisavam se adaptar a cada atendimento, tendo que despender uma certa maleabilidade para que a prática se adequasse àquele serviço que seria prestado. Posso citar acompanhamentos que estive presente como locais de homicídio, suicídio, incêndios, desabamentos, acidentes de trânsito; para cada um deles a prática do atendimento da equipe foi posta em execução conforme o local se apresentava. A dupla Perito e Fotógrafo, por mais que os cargos tenham suas diferenças e possam ser executados separadamente, sempre há a conversação, a estratégia de atendimento, a combinação antes e durante o processo para que ocorra uma dinâmica de trabalho célere dentro das possibilidades, e adequada às normas que ditam cada função. Após todas as análises e coletas feitas nos locais onde são executados os trabalhos, a equipe retorna à sede da Coordenadoria e a partir de então dá-se início aos procedimentos feitos internamente, tais como: registro dos atendimentos no sistema; registros das fotos retiradas nos locais; descarregamento das fotos e início dos processos de análise dos dados coletados e confecção do Laudo Pericial pelo Perito Criminal.

Já no Posto Médico-Legal estão concentradas todas as perícias relacionadas ao corpo da vítima. Quando se tratam das práticas, pude entender que neste posto as execuções se concentram muito mais internamente do que em trabalhos externos ao IGP. Existe a interligação entre os trabalhos feitos pelo Posto de Criminalística e o Posto Médico-Legal; são trabalhos complementares e que conversam um com o outro. Todas as análises feitas exclusivamente nos corpos em uma cena de crime são corroboradas pela equipe do Posto Médico-Legal formada pelo Técnico em Perícias e o Perito Médico Legista.

Ao Perito Criminal de local compete a análise *perinecropsópica*, assim sendo a análise externa ao corpo. Já ao Perito Médico Legista cabe a análise *necropsópica*, com detalhamento dos fatos internos ao corpo com o auxílio do Técnico em Perícias. Este trabalho é feito no necrotério localizado nos prédios da 7ª CRP, e a equipe de trabalho foi sempre composta pela dupla Médico e Técnico. O acionamento da equipe começa através da central de remoções que entra em contato com a funerária responsável pelo traslado do corpo até a Coordenadoria. Depois há o contato com o Técnico em Perícias, que então após solicitar todos os detalhes pertinentes ao atendimento, entra em contato com o Médico Legista para combinação do horário que vai ser executado o trabalho. Há também o contato da Polícia Civil com o Técnico em Perícias para o compartilhamento de informações. Notei que toda a parte preliminar é executada pelo Técnico em Perícias, e que pode ser vislumbrado na seguinte fala:

[...] Depois de tudo eu entro em contato com o médico e a gente combina o horário. Se o corpo chega de madrugada geralmente ele vai ser feito as 8 da manhã, aí eu tenho que tá lá pra receber. Antes do médico chegar eu já gosto de tá com tudo pronto, separo todo o meu material de trabalho, e já deixo o corpo pronto pro médico chegar e começar a analisar (SERVIDOR 04).

Já que se trata de uma atividade que exige muita concentração, optei por não participar dos exames necropsópicos, mas sim analisar os procedimentos mantendo-me afastado. Nos espaços de tempo de descanso após as análises, fiz alguns questionamentos, assim como observei em um primeiro momento apenas os quesitos práticos norteadores daquele processo laboral. Desta forma, todas as conclusões que obtive dentro deste departamento foi através deste olhar à distância e das conversas com os entrevistados.

Além de perceber o quanto o trabalho em equipe é essencial para a execução, pude notar a máxima concentração que é necessária para este tipo de serviço; as observações por vezes tornam-se trabalhosas, pois as informações precisam ser fechadas. Para citar um exemplo, um projétil que dá entrada no corpo, porém não há sinais de saída, ele ainda está presente no corpo em algum lugar. Então, é preciso tentar traçar uma trajetória e ir em busca, e em determinadas situações isso pode demandar um trabalho árduo, ou até mesmo suscitar um “algo a mais” para a descoberta da localização. Após todas as análises feitas, o corpo então é entregue à funerária designada por familiares e seguem os trabalhos administrativos e a emissão do Laudo Pericial de necropsia pelo Perito Médico Legista com as conclusões do trabalho.

A responsabilidade pela identificação civil e criminal da região da 7ª CRP fica a cargo do Posto de Identificação do IGP. Sob o comando de um Papiloscopista, a equipe é formada por um Técnico em Perícias e três estagiários. O Técnico e os estagiários ficam responsáveis por agendamentos de carteiras de identidade, atendimento da população que busca pela confecção do documento, além de todos os processos relacionados aos primeiros passos como recebimento de documentos, retirada de fotos e coleta de impressões papilares que abastecem o sistema. Todas estas atividades estão relacionadas ao administrativo do posto.

O Papiloscopista é o profissional que tem a expertise em tudo que está relacionado às impressões digitais. Além de classificar no sistema as impressões coletadas e executar outras tarefas administrativas, há também a responsabilidade para atendimento de locais onde eram solicitadas as perícias papiloscópicas. Este tipo de perícia busca identificar um indivíduo suspeito de cometer um ilícito através da busca de impressões digitais no local do fato. Foi neste tipo de atendimento que ficaram concentradas minhas análises.

Assim sendo, foi possível notar o quão amplo e metódico é o trabalho de análise do Papiloscopista. Quando compareci aos locais de crime, percebi que o servidor precisa usar a imaginação para, de acordo com aquela cena encontrada, estipular onde o suspeito poderia ter tocado voluntária ou involuntariamente. Assim que a superfície é identificada como possível local de impressão papilar, o trabalho começa a ser realizado através do uso de pós específicos espalhados com um pincel. Basicamente, existem dois tipos de pós utilizados: um na cor escura, que é utilizado em superfícies com tons mais claros; e outro na cor branca, utilizado em superfícies com tons mais escuros. Quando a impressão fica latente e é classificada como de boa qualidade, ela é coletada através de uma fita adesiva e posta em uma lâmina com espaços para fazer a descrição da coleta. O relato a seguir descreve a impressão do servidor quanto a este procedimento:

Assim só olhando parece simples, mas tem que ter uma técnica pra largar o pó com o pincel da forma certa, e não é qualquer lugar que eu vou conseguir coletar. Uma digital é feita de oleosidade, umidade e sujeira. Isso as vezes a pessoa que é leiga não entende, pensam que se alguém tocou em tal lugar é só eu ir ali e bingo. Não é assim! Demora anos pra ti pegar o jeito de tu saber onde olhar e onde ir, e o que descartar [...] e durante o processo, tu vê né, por mais trabalho que eu já tenha feito eu me sujo bastante ainda [risos] (SERVIDOR 07).

Tudo que pude observar vem ao encontro das ideias de Bertolini, Cappelle e Brito (2014), no qual é descrito o conhecimento presente nos membros da organização como algo criado e compartilhado de forma instintiva. Assim, tudo que é aprendido e reproduzido é formado por meio das práticas e muitas vezes aparece de forma natural.

5.2 Experiência estética nas práticas de trabalho do IGP

Os trabalhos analisados de âmbito pericial pedem uma alta qualidade técnica, alta concentração e os cinco sentidos aguçados. Assim, as experiências estéticas relacionadas à utilização dos sentidos mostraram-se presentes nas atividades dos três postos da 7ª CRP. Mesmo que nesta seção estejam sendo abordados os sentidos, cabe a ressalva de que nas idas a campo o uso de EPIs foi um fator presente em todos os atendimentos, sempre utilizados de acordo com o que as normas estabelecem.

Primeiramente, dentro dos atendimentos de locais de crime, notei que o uso dos sentidos e o conhecimento tácito adquirido através deles está inteiramente interligado ao conhecimento adquirido de forma explícita pelos servidores, que de acordo com Vascocelos, Cavalcante e Silva (2017) é entendido também como um processo socialmente construído. Percebi o quanto tato, olfato e visão foram utilizados para o complemento das questões técnicas. Estes três sentidos são essenciais primeiramente para uma estimativa do lapso de tempo da morte de uma vítima de crime. A depender da forma como é encontrado o corpo, o Perito Criminal utiliza o tato para estimar a hora do óbito ao mexer na vítima e sentir o quanto o corpo está enrijecido ou não, além de analisar visualmente outras questões que dão o embasamento para as estimativas.

Outra forma em que o tato aparece com frequência é na busca por lesões nos cadáveres, geralmente aquelas que ficam ocultas em determinadas situações. É possível citar as

provenientes de disparos de armas de fogo. Por diversas vezes, presenciei a busca dos peritos por orifícios de entrada ou de saída de projéteis nas vítimas onde a visualização estava comprometida; ou mesmo a localização de um projétil nas partes internas dos corpos, necessitava-se do tato para o auxílio na descoberta dos objetos.

Um primeiro exemplo oriundo da observação participante pode relacionar-se a quando os disparos ficam concentrados na região da cabeça e que, de certa maneira, estes orifícios permanecem ocultos por entre os cabelos. Nesses casos, o toque minucioso do Perito Criminal – o saber sensível –, torna-se o aliado do conhecimento adquirido de forma explícita e formal – o saber técnico da trajetória percorrida pelo projétil. Em outras palavras, a estimativa do ângulo de entrada do projétil era então confirmada através do toque na cabeça das vítimas. Outro exemplo foi o relatado pelo servidor 01, que trabalha no Posto Médico-Legal, quanto ao uso do sensível aliado ao conhecimento formal, e neste caso não só o toque se fez presente, mas também o “olhar” experiente:

Às vezes é muito difícil tu encontrar um projétil no corpo; eu já fiquei horas procurando e em algumas situações até pedi ajuda. Eu vejo mais ou menos o possível trajeto e realmente enfio o dedo mesmo, tento seguir o trajeto até encontrar. Uma vez tava impossível de achar, e era no começo eu não tinha muita experiência, e nesta ocasião tava aqui um colega bem mais experiente que eu e eu pedi pra ele me ajudar. Ele entrou na sala e pensei até em me sentar pra esperar enquanto ele analisava, mas ele simplesmente entrou, deu uma volta ao redor do corpo, olhou pra mim e disse: “não acredito que tu não viu isso?” – e apontou onde estava o projétil (SERVIDOR 01).

Já o olfato, assim como também o tato e a visão, apresenta-se como aliado para determinação do tempo em que a vítima foi a óbito. Destaco o relato do servidor 05 que aborda justamente as questões referentes a esta temática:

Quando entram em contato comigo e já dizem que a vítima tava desaparecida há tantos dias, eu já imagino o que eu vou encontrar e já fico mentalizando que pelo menos seja em um local aberto. Não é fácil trabalhar quando o corpo já tá há dias no local. [...] às vezes a gente já sente o cheiro bem longe da onde o corpo tá, e assim sentindo como tá o cheiro e olhando o estado do corpo dá pra estimar de forma aproximada quanto tempo faz que ele tá morto (SERVIDOR 05).

De certa forma, o olfato é um sentido que aparece com frequência entre os funcionários quando estes estabelecem o que é desagradável no trabalho, principalmente quando se trata de vítimas em estados avançados de decomposição. O destaque deste fato está em sintonia com o que já foi abordado no estudo de Cavedon (2014) com relação às experiências olfativas dos servidores do Departamento de Criminalística do IGP em Porto Alegre. Assim, percebi o quanto é dificultoso executar uma atividade tanto no Posto de Criminalística, quanto no Médico-Legal e de Identificação da 7ª CRP quando os corpos se apresentam desta forma. O Servidor 02 traz esse relato: “O cheiro incomoda, não tem como não incomodar. O cheiro dos locais que eu atendo depende muito, mas normalmente é um cheiro desagradável. Local de crime normalmente o cheiro é triste” (SERVIDOR 02).

A percepção dos sons nos trabalhos periciais, de acordo com as observações de campo e as entrevistas que realizei, aparecem em alguns momentos para servir de auxílio à segurança em determinadas situações em que há o risco de desabamentos. Isso é muito presente nos locais de incêndios, onde as residências ou estabelecimentos apresentam a estrutura comprometida em função da magnitude dos estragos. A atenção ao pisar é aliada aos sons que se escuta para determinar até onde o trabalho pode ir, e manter a segurança da equipe. Strati (2007) aborda uma questão que traz semelhanças com o descrito, em que foi analisada a capacidade de equilíbrio de três operários em um telhado, o qual descreve o sentir e ouvir atrelados ao equilíbrio como atos conscientes que produzem estímulos internos, o qual depois se fundem para formar as percepções. A fala a seguir representa essa situação:

[...] Aconteceu uma vez que teve um incêndio, e a casa tava desabando, tu tinha que ter muita atenção aonde tu pisava, ficar atento aos barulhos que estavam ocorrendo na estrutura, e quanto tempo que tu poderia ficar ali dentro. Eu pedia pro fotógrafo tirar

a foto, depois entrava, olhava e procurava seguir sempre o mesmo caminho (SERVIDOR 05).

Porém, quando se trata dos ambientes operacionais com idas a campo, os sons mais profundamente percebidos são aqueles relacionados com as pessoas diretamente ligadas à vítima do fato, geralmente familiares e amigos: choros e gritos de desespero por vezes são os sons mais recorrentes. Isso é muito comum nos locais, então notei nos relatos o desconforto ao trabalhar quando o ambiente está repleto de “populares”³¹ e familiares dos indivíduos acometidos pelos crimes. Tudo que é executado nos atendimentos pelos servidores do IGP exige muita concentração, então vi o quanto é difícil ficar alheio a este tipo de situação, conforme relatado pelo servidor 02 quanto à necessidade de fazer força para manter o foco:

Eu me preocupo tanto em juntar os vestígios e não deixar passar nada; eu me preocupo muito em juntar os vestígios do local, ou seja, tu sabe que tá acontecendo situações a tua volta... pessoas chorando, pessoas com, sei lá, até os colegas de outras instituições que tu tem que dar uma resposta, isso tem que ser bem administrado da melhor forma possível. Eu sei o que tá acontecendo, porém eu tenho que me focar no meu trabalho e às vezes tu precisa fazer força pra conseguir focar no teu trabalho (SERVIDOR 02).

O exemplo anterior possui relação direta com os ritmos de execução dos trabalhos. Quando um local é isolado, inóspito e sem populares, a dinâmica de desenvolvimento das atividades é completamente diferente dos atendimentos onde a população está presente. Assim que é identificada uma quantidade expressiva de pessoas, já dentro da viatura existe a combinação dos passos a serem seguidos e, principalmente, quando o corpo é examinado, além de serem seguidos todos os procedimentos de análise, estes precisam ocorrer em um ritmo mais acelerado que o normal em virtude da situação.

Outro fato que pude analisar foi o quanto era importante para os servidores a preservação da imagem da cena do crime e das vítimas. A curiosidade sempre é um mobilizador da presença de populares nesses locais. Por isso, procura-se sempre ocultar dentro do possível, através de viaturas ao redor do corpo, ou mesmo barreiras que dificultem a visualização específica da composição da cena onde o cadáver estava.

Em suma, as imagens das cenas de crime, os sons, os cheiros, o tocar nas vítimas, todos os mobilizadores da experiência estética estão muito presentes nos trabalhos da perícia. A ativação dessas faculdades perceptivo-sensoriais e do juízo estético no dia a dia desses funcionários públicos fica evidente como uma forma de conhecimento imprescindível para seus fazeres. Strati (2007, p. 64) traz o conceito de que o “juízo estético não é uma projeção arbitrária da subjetividade do ator organizacional sobre os eventos e ações, mas uma avaliação, por parte do sujeito cognitivo, da ação organizacional”. Neste contexto é que irei desenvolver a seção a seguir sobre as implicações das categorias estéticas no trabalho do IGP.

5.3 O impacto das categorias estéticas nas práticas de trabalho do IGP

É notória a presença dos conceitos da estética organizacional em diversas situações nos trabalhos realizados na 7ª CRP. Quanto às categorias estéticas destacadas no quadro 1, identifiquei o quanto elas se manifestam e tomam forma seja de maneira objetiva e clara, seja de forma subjetiva demandando uma análise interpretativa mais aguçada.

A categoria mais comumente presente que posso destacar como uma das que mais causa impactos nas práticas de trabalho, é a categoria do **feio**. Muito relacionada aos cheiros presentes nos locais de atendimento, esta categoria mostra uma variedade de juízos estéticos dentro do IGP. Alguns servidores relatam o “cheiro da morte” como uma característica marcante dos locais de trabalho, de tal modo que notei, através das observações e entrevistas, que muitas vezes esse cheiro é identificado, porém existe a dificuldade em descrevê-lo de forma precisa.

No entanto, os cheiros facilmente identificáveis é quando a categoria estética do feio se torna mais nítida entre os servidores, causando sensações de mal-estar que se originam no ambiente onde as atividades estão sendo desempenhadas, e se estendem até fora do trabalho, interferindo na vida cotidiana. Destaco dois dos odores que mais impactam os servidores: os relacionados aos corpos queimados e os relacionados aos processos de putrefação. No primeiro exemplo, foi-me relatado em algumas situações que os odores dos corpos queimados eram

algumas vezes associados ao cheiro de churrasco, e que este tipo de alimento era evitado quando o lapso de tempo entre o atendimento e a refeição eram muito curtos. Já o segundo mostra-se como o que mais se destaca quando o enfoque é a categoria do feio. A fala do servidor 06 mostra o quanto as questões sensíveis relativas ao que as categorias estéticas identificam como o feio dentro da vida organizacional podem impactar os servidores:

Cheiro é bem ruim. Cheiros de locais de incêndio é ruim, decomposição é péssimo. Tocar no corpo me dá nojo, eu sinto nojo. Pela textura, parece que vai dar a sensação que aquilo vai estourar na mão, ou que tu vai sair com o pedaço das pessoas junto. É muito ruim, é muito ruim (SERVIDOR 06).

Outra categoria estética presente é a do **trágico**. Ela se apresenta costumeiramente para os servidores da mesma forma como é destacada por Strati (2007), quando este descreve que o trágico na vida organizacional “deriva de um jogo de transposições e espelhamentos”. Isso fica bem claro pois as questões imponderáveis relacionadas à morte, constantemente trabalhadas no IGP, tornam-se vívidas quando os servidores transpõem o lado trágico do trabalho em si e espelham em determinadas ocasiões para a vida particular, assim a categoria do trágico toma forma. Para exemplificar, trago a fala do servidor 03 que mostra a tragédia na vida da organização tomando forma por meio dos espelhamentos com a vida fora do ambiente organizacional:

Teve um acidente de trânsito que me marcou muito, que eu fiquei bem triste com aquilo, que foi um casal que tava vindo pra Livramento e eles bateram, assim... e chovia, chovia, chovia e tá... e o cara tava meio abraçado na guria, com o braço por trás dela e aí tinha uma flor dentro do carro, uma rosa. A rosa tava em pé no banco de trás. E aí quando a gente tava terminando de fazer, veio os pais da guria, correndo na chuva gritando "eu sabia que ele ia matar minha filha!" Então ali, deu pra entender que era um namoro, um relacionamento que, pelo jeito, a família dela não aceitava, e ao mesmo tempo, o cara tava abraçado nela e tinha uma flor no carro, entendeu? Então eu acho que por eu também tá passando por uma coisa parecida no momento, que aquilo me deixou muito mal, e aí eu pensei: se fosse eu, minha mãe iria chegar e dizer a mesma coisa? Posso dizer então assim pela minha experiência que só aquele casal sabia o quanto eles se gostavam. Toda essa situação me deixou muito, mas muito mal, mas não aquela cena trágica da morte, mas as situações que estavam por trás dela (SERVIDOR 03).

Outra questão que está muito presente, e que de fato a categoria do trágico interfere nas práticas executadas na 7ª CRP é quando os trabalhos envolvem crianças. É uma constante entre os servidores o desconforto em trabalhar onde as crianças estão relacionadas à tragédia.

Quando eu estava acompanhando um local no qual a vítima é uma criança, de fato o espelhamento sempre se mostra presente e é fator potencializador do quanto aquela situação trágica pode afetar o servidor no andamento da ação. Neste mesmo atendimento, um dos membros da equipe faz o seguinte comentário: “eu só não me afetei tanto porque não consegui achar muita semelhança dele com o meu filho, mas se ele fosse um pouquinho mais parecido acho que eu ficaria muito abalado pra atender”. Outro relato que chama a atenção é o do servidor 04, que pode ser relacionado à mesma temática do trágico associado aos espelhamentos nos quais as perícias são executadas em uma criança:

Eram uns cinco [trabalhando] na criança de cinco anos que se asfixiou com um balão que estourou na boca dela e um pedaço dele ficou preso na garganta. E ia um fazia uma parte, depois não dava mais ia outro, aí ia eu e aí não dava mais, trocava, ia outro. Sabe por que foi difícil? Porque todos nós tinha filhos. Daí as meninas tentavam arrumar os cabelos da guriazinha, sabe, deixaram toda bem limpinha e arrumadinha. [...] A gente demorou muito tempo pra fazer essa necropsia, a gente ficou muito comovido (SERVIDOR 04).

Em resumo aos fatos relacionados à categoria do trágico dentro da 7ª CRP, destaco a fala do servidor 03 que traz, de forma sucinta, como esta categoria estética pode afetar o servidor tanto na execução das práticas, como até mesmo na vida pessoal:

Quanto mais próximo é de ti o local, uma vítima, mais parecida é aquela história com a tua. Quanto mais tu te identifica com aquilo ali, com a pessoa, mais aquilo ali te machuca, te atinge de alguma maneira. Quanto mais distante é aquela realidade de ti, menos vai te atingir. Tudo vai tá dependendo de como tá a tua vida no momento, né (SERVIDOR 03).

Em contraste com as categorias anteriores, aparece a categoria estética do **cômico** dentro das práticas de trabalho da 7ª CRP. De acordo com o que Strati (2007) expõe, esta categoria dentro das organizações mostra o que sob certos aspectos pode ser considerado feio, mas cuja “comédia” sob determinadas situações pode se relacionar com esta categoria. Posso afirmar que o humor está de fato muito presente nos atendimentos, surgindo como um meio de balancear sensações ruins que por vezes são suscitadas. A fala do servidor 05 mostra a forma como o humor acontece:

A gente se debocha bastante entre os colegas mesmo, a gente ri um do outro. Claro, a gente não ri em local aberto quando tem gente, mas quando é dentro das casas a gente brinca às vezes, faz uma piada de alguma atitude do outro colega. Se a gente não fizer isso a gente vai ficar louco, porque não é fácil lidar com o que a gente lida. Isso precisa ter (SERVIDOR 05).

Nas execuções dos atendimentos, por mais que as situações sempre demandem a seriedade no momento, existem sim casos em que o trágico e o feio acabam suscitando o cômico de alguma maneira. A fala a seguir do servidor 03 mostra que mesmo dentro das cenas de crime, o inusitado pode dar origem ao cômico:

Há muitos momentos de humor no nosso trabalho, só que as vezes é um humor meio pesado. Não em relação ao corpo em si, mas às pessoas que estão por perto. Sempre tem um bêbado que quer entrar no local. E até mesmo os colegas das outras instituições nos brindam com situações engraçadas. Teve uma vez em Aceguá que o fotógrafo já tinha tirado várias fotos do que parecia ser pedaços do corpo da vítima, até vir um policial pra nos falar que aquilo não era da cena do crime, que eram pedaços de maçã do amor que outro colega da polícia tava comendo ali. Isso é muito inusitado, não teve como não rir disso. Quem come maçã do amor de madrugada e dentro de uma cena de crime? [risos] (SERVIDOR 03).

Em outros casos, existem certos trabalhos em que os ritmos são ditados conforme o desenrolar das situações, neste cenário emerge a categoria estética das **agógicas** nas ações dos servidores da CRP. Sempre que um corpo é examinado em via pública, onde o olhar das pessoas está mais presente e na maioria das vezes gera algum tipo de comoção, as análises ocorrem de forma mais acelerada. De maneira análoga, acidentes de trânsito nos quais há risco para a equipe quanto da exposição às rodovias, ou mesmo em virtude do bloqueio das mesmas, demanda um trabalho com um ritmo mais acelerado em comparação a outros trabalhos.

Ainda, nas práticas de trabalho dos servidores da CRP, está presente a categoria estética do **belo** em dois momentos. O primeiro deles está diretamente ligado ao relacionamento com os colegas, às viagens, sempre destacado como o lado agradável do trabalho. Já o segundo surge através do que é considerado pelo servidor como um trabalho bem feito. Para os Peritos Criminais, a beleza na vida organizacional surge a partir de um Laudo Pericial bem elaborado, em que todas as possibilidades são esgotadas com relação à análise dos vestígios coletados do local, muito semelhante com aquilo abordado por Cavedon (2012). A fala do servidor 02 evidencia um pouco como é esse lado belo do trabalho: “Tem aqueles casos que te marcam porque tu sabe que fez um trabalho bem feito, um trabalho massa. Isso também tem esse outro lado no nosso trabalho. Aí, assim... eu esgotei tudo que eu tinha e fiz uma coisa legal, uma coisa massa”.

Para finalizar os impactos das categorias estéticas no IGP, a categoria do **sagrado** também surge dentro das práticas de trabalho realizadas pela perícia. Segundo Strati (2007), essa categoria evidencia o que é inexplicável e incomum na vida organizacional, em que pode ocorrer a sobreposição entre realidade e ficção. Uma situação que presenciei foi enquanto o servidor 05 executava as análises em uma jovem vítima de homicídio. Durante as buscas no corpo, foi encontrado um colar de umbanda escondido por entre as vestes. Naquele momento

ele olhou pra mim e falou: “a gente precisa mexer nisso com respeito, viu?”, e pediu autorização para algum tipo de força “divina” para retirar aquele artefato do corpo da vítima. Outro fato no qual a categoria estética do sagrado interferiu diretamente nas práticas é relatado pelo servidor 06 conforme segue:

[...] A vítima era muçulmana, e tinha muito familiar ali. O ambiente tava péssimo! O carro despencou barranco abaixo e a gente teve que descer. Antes teve muita discussão, e os familiares tavam exigindo que não fosse tirado o véu da mulher pelo Perito. [...] Eles não queriam que ele visse o rosto dela porque a religião deles não permitia. Resumindo, por eu ser mulher eles concordaram que eu poderia retirar o véu dela e tirar a foto, porque era um procedimento que eu tinha que fazer. Aí depois eu coloquei de volta. Muitas vezes os Peritos tiram a roupa da vítima pra poder analisar, mas isso não aconteceu dessa vez (SERVIDOR 06).

Portanto, os juízos estéticos e as categorias estéticas apresentam-se muito latentes em todas as atividades. As categorias do feio e do trágico fazem-se por diversas vezes muito presentes, porém há ocasiões em que o cômico toma forma até mesmo em virtude de algo relacionado às primeiras categorias citadas. Tudo é executado conforme o cenário vindouro, portanto sempre há um ritmo de trabalho a ser ditado pelos servidores evidenciando a categoria das agógicas. E, por mais contraditório que possa parecer, por questões da natureza dos trabalhos realizados, as categorias estéticas do belo e do sagrado também são identificadas dentro das práticas realizadas na 7ª CRP.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo analisar como as categorias da estética organizacional se manifestam dentro das práticas de trabalho desempenhadas na 7ª CRP do Instituto Geral de Perícias em Santana do Livramento. Assim, posso considerar que as categorias estéticas estão muito presentes e interligadas nos diversos tipos de trabalhos periciais no qual foi possível acompanhar, por vezes interferindo diretamente no andamento da ação.

Para tanto, primeiramente, procurei descrever as práticas exercidas dentro da instituição para assim poder chegar a um entendimento de como as categorias estéticas se manifestam por meio das atividades que são executadas. Dentro da 7ª CRP existem singularidades inerentes a cada cargo. Assim, as práticas ocorrem de acordo com as normas e os procedimentos padrão que compõem cada função, como também o tipo de local onde são desempenhados os trabalhos. Como a maioria dos servidores chegou até a CRP com pouca ou nenhuma experiência no cargo, as práticas executadas tomaram forma pela experiência em grupo. Apesar disso, com o tempo, observei que cada servidor adquiriu um método particular de trabalho. Os atendimentos periciais ocorrem tanto dentro das instalações da 7ª CRP, destacando-se os atendimentos de necropsia realizados pelos servidores do Posto Médico-Legal, como também fora dela, quando são solicitadas perícias em campo, descritas pelos servidores como perícias de local atendidos pelo Posto de Criminalística e Identificação.

Já com relação ao sensível atrelado às práticas, existe o estreitamento entre o estímulo desta sensibilidade e a atividade realizada. Os cheiros presentes nos locais influenciam diretamente no andamento dos trabalhos; o tato muitas vezes aparece para corroborar uma análise mais técnica, assim como o ouvir torna-se aliado nas questões de segurança.

Quanto às categorias estéticas e as suas interferências nas práticas de trabalho desempenhadas, as categorias do feio e do trágico aparecem com maior frequência e também se destacam entre as que mais causam impactam no andamento da ação. A primeira está diretamente ligada às questões desagradáveis presentes nos trabalhos periciais, como por exemplo os cheiros dos corpos queimados ou em decomposição; já a segunda mostra-se mais latente em virtude dos espelhamentos entre as tragédias que envolvem os atendimentos de perícia e a relação que por vezes é feita pelos servidores com a vida pessoal fora do trabalho.

Ainda, identifiquei que a presença da categoria do cômico nas práticas como meio de neutralizar questões relacionadas às categorias do feio e do trágico e, até mesmo, podendo tomar forma em virtude de fatos relacionados as mesmas, como por exemplo, quando um colega chega a uma cena com cheiro insuportavelmente desagradável e faz uma arcada de vômito que depois passa a ser motivo de risada no retorno do trabalho. Já a categoria do belo relaciona-se

diretamente com um trabalho bem feito, podendo-se destacar: um Laudo Pericial bem confeccionado pelo Perito; uma coleta de digital de um suspeito em local de crime feita pelo Papiloscopista; dentre outros casos de trabalho que despertam o que é belo para o servidor dentro da perícia.

A categoria das agógicas mostrou-se sempre presente impactando diretamente o ritmo das atividades desempenhadas, geralmente quando o trabalho exige procedimentos mais céleres que podem envolver questões tanto de segurança quanto de comoção na população transeunte aos locais de atendimento. Por fim, a categoria estética do sagrado tomou forma sempre que questões de natureza religiosa estavam diretamente relacionadas às cenas de crime, impactando por vezes as atividades executadas.

Como limitações decorrentes desta pesquisa, destaco a dificuldade em estar direcionando atenções a três Postos diferentes da Coordenadoria, em que cada um deles dispõe de cargos com funções diversas, dificultando uma análise mais detalhada da manifestação estética em cada Posto. Assim, para pesquisas futuras, sugiro um direcionamento específico para um determinado Posto dentro da CRP para a análise das categorias estéticas e seus impactos de forma mais profunda. Além disso, em virtude da temática sensível da morte, sugere-se ao Instituto proporcionar oficinas sobre postura e comportamento em campo, sobre como lidar com emoções despertadas em locais de crime, além de treinamento adequado para que cada servidor encare esses desafios laborais de forma a amenizar os impactos psicológicos gerados pelas práticas de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, S. R. S.; ANTONELLO, C. S. As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem de trabalhadores da construção civil à luz da estética organizacional. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 1-30, 2014.
- AZEVEDO, D. Aprendizagem organizacional e epistemologia da prática: um balanço de percurso e repercussões. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p.35-55, 2013.
- BASSO, K.; PAULI, J.; BRESSAN, V. P. Relações de gênero e estética organizacional: sugestões para estudos sobre relações, cultura e desempenho. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 3, p. 688-688, 2014.
- BECKER, R. G.; CAMPOS, S. A. P.; ANTONELLO, C. S. A Construção de Saberes no Trabalho do Tatuador: um Olhar sob a Perspectiva da Abordagem Estética. **Organizações & Sociedade**, v. 28, n. 99, p. 831-861, 2021.
- BISPO, M. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013.
- CAVEDON, N. R. A qualidade de vida no trabalho na área da Segurança Pública: uma perspectiva diacrônica das percepções olfativas e suas implicações na saúde dos servidores. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 68, p. 875-892, 2014a.
- CAVEDON, N. R. As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 66-96, 2014b.
- CAVEDON, N. R. "De Frente pro Crime": cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 4, p. 38-65, 2010.
- CAVEDON, Neusa Rolita. Método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. **XXIII Enanpad**, 1999, **Anais...** Foz do Iguaçu/ PR, 1999.
- CAVEDON, N. R. Modos de enfrentamento da morte violenta: a atuação dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 75-104, 2011.
- CAVEDON, N. R. "Pra tá no DC tem que ser meio doido. Se tu não és, vai ficar": a saúde mental dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do RS. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 11, n. 2, p. 255-271, 2012.
- CAPPELLE, M. C. A.; BRITO, M. J.; BERTOLIN, R. V. Corporeidade e estética na aprendizagem organizacional: insights emergentes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 15-37, 2014.

DAMATTA, R. **Relativizando:** introdução à antropologia social. Rio de Janeiro:Rocco,1987.

FIGUEIREDO, M. D. O artesanato enquanto prática e materialidade: argumento para pensar a dimensão estética e os artefatos nos estudos organizacionais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 189-205, 2014.

GHERARDI, S. Prática? É uma questão de gosto! **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 107-124, 2013.

GUDOLLE, L. S.; ANTONELLO, C. S.; FLACH, L. Aprendizagem situada, participação e legitimidade nas práticas de trabalho. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 1, p. 14-39, 2012.

IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S.; SOUZA, E. M. A Experiência Estética nas Práticas Culinárias de uma Organização Gastronômica. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 191-210, 2016.

MONTEZANO, L.; ABBAD, G. S. Aspectos que Influenciam a Expressão de Competências de Peritos Criminais. **Revista Alcance**, v. 26, n. 1, p. 77-93, 2019.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Uma abordagem política das práticas cotidianas: estudo etnográfico num circo. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p.81-104, 2013.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

OLIVEIRA, L. **A arquitetura dos processos de aprendizagem à luz da teoria da estética organizacional:** etnografia em uma revenda de moveis planejados. Orientadora: Cláudia S. Antonello. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIO GRANDE DO SUL, **Lei nº 14.519, de 8 de abril de 2014**. Reestrutura o Plano de Classificação de Cargos e Vencimentos do Instituto-Geral de Perícias. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 08 abr. 2014. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%2014519&idNorma=1418&tipo=pdf>. Acesso em: 13/01/2022.

RODRIGUES, T. A. **As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem sob a ótica da estética organizacional:** um estudo etnográfico em uma marcenaria santanense. Orientador: Igor Baptista de Oliveira Medeiros. 2018. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2018.

SCHIAVO, S. R. **As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem de trabalhadores da construção civil à luz da estética organizacional**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, L. C.; BISPO, M. S. A Aprendizagem do Cozinhar à Luz das Práticas Sociais e da Estética Organizacional. **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 2, p. 247-271, 2017.

SOARES, L. C.; BISPO, M. S. Contribuições da estética organizacional para a pesquisa em organizações gastronômicas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 3, p. 476-493, 2014.

STRATI, A. **Organização e estética**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VASCOCELOS, K.; CAVALCANTI, C. X. SILVA JÚNIOR, A. Práticas de Trabalho e as Dimensões Tácitas e Estéticas da Aprendizagem de Operadores de Rochas Ornamentais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 49, p. 29-43, 2017.

ⁱ Expressão utilizada pela equipe do IGP para se referir à população transeunte em torno do local de crime.